

## **LGBTQIA+ na atenção básica análise do acesso à porta de entrada da saúde pública**

### **LGBTQIA+ in primary care analysis of access to public health gateway**

DOI:10.34119/bjhrv5n3-094

Recebimento dos originais: 14/02/2022

Aceitação para publicação: 28/03/2022

#### **Kaique Lopes Elias**

Bacharelado em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário Santa Maria

Endereço: Br 230 km 504, Barrio Cristo Rei

E-mail: kaykelopes2122@gmail.com

#### **Geane Silva Oliveira**

Mestre em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário Santa Maria

Endereço: Br 230 km 504, Barrio Cristo Rei

E-mail: geane1.silva@hotmail.com

#### **Eduarda Valentina Duarte Lins**

Bacharelado em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário Santa Maria

Endereço: Br 230 km 504, Barrio Cristo Rei

E-mail: Eduarda.duartt@outlook.com

#### **Jackson Duarte Santana**

Bacharelado em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário Santa Maria

Endereço: Br 230 km 504, Barrio Cristo Rei

E-mail: duartejackson46@gmail.com

#### **Kelli Costa Souza**

Especialista em Enfermagem em UTI Neonatal e Pediátrica

Instituição: Centro Universitário Santa Maria

Endereço: Br 230 km 504, Barrio Cristo Rei

E-mail: kelinha.r00@gmail.com

#### **Ankilma do Nascimento Andrade Feitosa**

Pós Doutorado em Pesquisa Agroindústrias

Instituição: Centro Universitário Santa Maria

Endereço: Br 230 km 504, Barrio Cristo Rei

E-mail: ankilmar@hotmail.com

**Renata Livia Silva Fonsêca Moreira de Medeiros**

Doutora em Pesquisa Clínica

Instituição: Centro Universitário Santa Maria

Endereço: Br 230 km 504, Barrio Cristo Rei

E-mail: renaliviamoreira@hotmail.com

**RESUMO**

A população LGBTQIA+ permeia por dificuldades no acesso a atenção básica do sistema único de saúde. Essas dificuldades findam por um lugar de não pertencimento dessa população a porta de entrada a saúde pública que se afastam cada vez mais dos serviços ofertados nesse primeiro nível da atenção a saúde. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é investigar como se dá o acesso da população LGBTQIA+ na atenção básica do sistema único de saúde. Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa que utilizou bases de dados digitais aplicando o cruzamento entre os descritores: "LGBTQIA+". "Atenção Básica". "Saúde". Foram identificados 116 artigos dos quais foram excluídos 02 por duplicidade e mais 90 artigos por não demonstrarem relevância mediante o presente estudo, restando 24 artigos. Após análise, foram inclusos nesta revisão 08 artigos. Na amostragem prevaleceram publicações em periódicos em sua totalidade nacionais e com mais de 03 autores. No que concerne ao ano de publicação, reconheceu-se maior quantidade de artigos no ano de 2019 (4 artigos), adiante pelo ano de 2018 (2 artigos), em seguida pelo ano de 2020 (1 artigo) e finalizando com o ano de 2021 (1 artigo). Em referência ao tipo de estudo, neste caso na amostra: 7 estudos exploratórios de caráter descritivo (qualitativo e/ou abordagem qualitativa) e 1 estudo relato de oficina. Conclui-se que a busca pelos serviços de saúde pela população LGBTQIA+ é limitada, de certeza persuadida pela circunstância discriminatória e excludente com que é organizada a assistência à saúde interfere na qualidade dos serviços ofertados, deixando de atender as reais necessidades da população LGBTQIA+.

**Palavras-chave:** LGBTQIA+, atenção básica, saúde, acesso.

**ABSTRACT**

The LGBTQIA+ population is permeated by difficulties in accessing primary care in the unified health system. These difficulties end with a place of non-belonging of this population, the gateway to public health, which increasingly distance themselves from the services offered at this first level of health care. Therefore, the objective of this research is to investigate how the LGBTQIA+ population has access to primary care in the unified health system. This is an integrative review study that used digital databases applying the cross between the descriptors: "LGBTQIA+". "Primary Care". "Health". A total of 116 articles were identified, 02 of which were excluded due to duplicity and another 90 articles for not showing relevance to the present study, leaving 24 articles. After analysis, 08 articles were included in this review. In the sample, publications in journals in their entirety national and with more than 03 authors prevailed. Regarding the year of publication, a greater number of articles was recognized in the year 2019 (4 articles), ahead for the year 2018 (2 articles), followed by the year 2020 (1 article) and ending with the year of publication. 2021 (1 article). In reference to the type of study, in this case in the sample: 7 exploratory studies of a descriptive nature (qualitative and/or qualitative approach) and 1 workshop report study. It is concluded that the search for health services by the LGBTQIA+ population is limited, certainly persuaded by the discriminatory and excluding circumstance with which health care is organized, interferes with the quality of services offered, failing to meet the real needs of the LGBTQIA+ population.

**Keywords:** LGBTQIA+, primary care, health, access.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, especificamente na década de 80, os movimentos LGBTQIA+ tornaram-se significativos e aparentes, justamente por realizarem reivindicações na sociedade em busca de respeito de uma identidade sexual divergente dos padrões heteronormativos, da autonomia do movimento homoafetivo e do direito do exercício e a liberdade para as vivências sexuais. Este movimento ecoou de forma positiva, ao passo que ganhou visibilidade abrindo portas para debates nacionais e internacionais. De acordo com a organização do movimento, consequentemente ganharam forças, as paradas surgem como um grande marco que trouxeram olhares para as problemáticas que angustiam a população LGBTQIA+, destacando a violência decorrente da homofobia (SILVA *et al.*, 2021).

Em concordância com o sexo biológico, feminino ou masculino, a sociedade tende a seguir padrões heteronormativos preestabelecidos, que se iniciam desde o comportamento, os valores, pensamentos, a vestimenta e cores, onde o homem se relaciona com mulher e o macho com a fêmea para uma prática da reprodução humana. No entanto, a condição sexual individuais é multifatorial, relacionando-se com a necessidade de cada indivíduo, os seus desejos e experiências, e não é algo determinante somente pelo órgão sexual. A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais e outros (LGBTQIA+), no qual não se encaixa nos padrões de heteronormatividade, finda por receber um tratamento pejorativo, injusto, inadequado e de exclusão, resultando em limitação ao acesso dessa população aos serviços de saúde. O Ministério da Saúde (MS), alicerçado aos princípios confirmados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), onde explicita a garantia à cidadania e dignidade da pessoa humana e vigorosa no objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, lançou no ano de 2010, durante a 14<sup>o</sup> Conferência Nacional de Saúde, a Política de Saúde para o público LGBT, com plano de assegurar um atendimento da população em qualquer situação e sem discriminação de qualquer natureza (GUIMARÃES *et al.*, 2020).

Em 2011 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral para a população LGBTQIA+ onde representa um sinal importante na história de resistência e luta dessa população em busca de garantir seus direitos. O acesso igualitário aos serviços que ofertam ações e saúde é uma procura constante do movimento social organizado pelos LGBTQIA+ (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

A Política de Saúde da população LGBTQIA+ foi uma ação proveniente da exigência dos movimentos sociais e articulações com a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) para a

construção de uma assistência inclusiva e elaboradas a partir dos princípios doutrinários da equidade, universalidade e integralidade. O Ministério da Saúde objetivando a queda das desigualdades constituiu o “Programa Mais Saúde - Direito de Todos”, que estabelece metas específicas para promover ações de enfrentamentos às desigualdades em saúde com destaques para grupos de negros, quilombolas, LGBTQIA+, ciganos, trabalhadoras (es) do sexo, população em situação de rua e outros que fazem parte de grupos minoritários (SILVA *et al.*, 2021).

A população LGBTQIA+ por muito tempo foi um grupo desvalido, excluído, alvo de discriminação, preconceito, eram associados ao HIV/AIDS e à prostituição, além do que atualmente encontra-se um número significativo de produções científicas reforçando esta associação. Na investida de concertar a desassistência, promover saúde integral, equidade e ações para diminuir o preconceito e acolher a essa população que porta de necessidades específica a política nacional de saúde integral LGBTQIA+, foi sancionada em 2011 (NOGUEIRA, 2019).

Aprovada em 2006 pelo Ministério da Saúde, a PNAB em 2011 por meio da portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011, precisou ser revista com o objetivo de fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS), compreendida como porta de entrada ao SUS e coordenadora do cuidado nas Redes de Atenção à Saúde (RAS). Definiu, ainda, uma readequação no modelo de atenção, passando a utilizar a Estratégia de Saúde da Família (ESF) como tática prioritária de expansão, consolidação e qualificação da APS no Brasil (BRANCO, 2018).

Em 2017, a PNAB passou por nova reformulação através da portaria nº 2.423 de 21 de setembro de 2017, que define as RAS como estratégia para organização do SUS e destaca Atenção Básica como porta de entrada preferencial ao sistema. Tendo em vista que alguns setores organizados e comprometidos com a Atenção Primária e o SUS apontam retrocessos diante dessa nova. Os princípios e diretrizes do SUS e RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica e utilizados na portaria PNAB de 2017 são: a) princípios - a universalidade, a equidade e a integralidade; b) diretrizes: regionalização e hierarquização, territorialização, população adscrita, cuidado centrado na pessoa, resolutividade, longitudinalidade do cuidado, coordenação do cuidado, ordenação da rede e participação da comunidade (BRANCO, 2018).

Desse modo, o Ministério da Saúde, estabelece que as identidades sexuais e de gênero sejam propriedades que expressa esta população específica à discriminação e a violação de direitos humanos, dificultando o acesso universal e integral à saúde, isso se dá sobre a não adequação do gênero ao sexo biológico ou à identidade sexual heteronormativa. Essas condições refletem em retrocessos e reforça a situação de vulnerabilidades no qual já se

encontram a população LGBTQIA+. No contexto do nosso país, os avanços na área da saúde, sobre as pessoas LGBTQIA+, são insuficientes de modo que as singularidades destas identidades, às vezes permeiam pelo estigma e preconceito frente à adequação do gênero e ao sexo biológico, mesmo com avanços e após a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+ (SILVA *et al.*, 2021).

Sendo assim, o estudo tem como objetivo analisar como se dá o acesso da população LGBTQIA+ na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde por meio da revisão integrativa da literatura.

## 2 METODOLOGIA

O referido estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura na qual foi realizada uma pesquisa aplicada com caráter exploratório e descritivo. O estudo pretende demonstrar alterações de conceitos, tornando possível o desempenho de um questionamento abrangente, com o intuito de estimular a construção de pensamentos críticas sobre o tema abordado, fazendo com que o material construído sirva para a criação de diretrizes capazes de modificar a realidade atual vivenciada pela população LGBTQIA+ e o seu acesso na atenção básica de saúde.

Para a construção de uma revisão da literatura é necessário seguir etapas predeterminadas como: escolha da temática e seleção da questão norteadora, definição de critérios de inclusão e exclusão, reconhecimento dos artigos que serão pré-selecionados e selecionados, classificação dos artigos que forem selecionados para amostra, inspeção dos resultados e por último a exposição da revisão (SOUZA *et al.*, 2017).

Diante disso, os resultados encontrados foram demonstrados de forma qualitativa, por meio de informações colhidas através de fontes secundárias de revisão bibliográfica. Tal método tem como objetivo agregar informações que possuem impacto social sobre o tema escolhido, tendo em vista a apresentação de conceitos, estudo de problemáticas metodológicas e análise de evidências e teorias (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

O presente estudo tem como objetivo encontrar respostas para a questão norteadora, que consiste em: “Como se dá o acesso da população LGBTQIA+ na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde?”. A partir desses questionamentos, foi feito um estudo direcionado e crítico, cumprindo a função científica desse estudo.

Para realizar a pesquisa bibliográfica, foram utilizadas as seguintes bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library on Line (SciELO), Bases de Dados em Enfermagem (BDENF) disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), entre Setembro de 2021 e Dezembro de 2021. Para a busca

dos artigos, utilizou-se o operador booleano “AND” e os seguintes descritores: “LGBTQIA+”. “Atenção Básica”. “Saúde”, que foram verificados pelo DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e pelo MeSH (Medical Subject Headings).

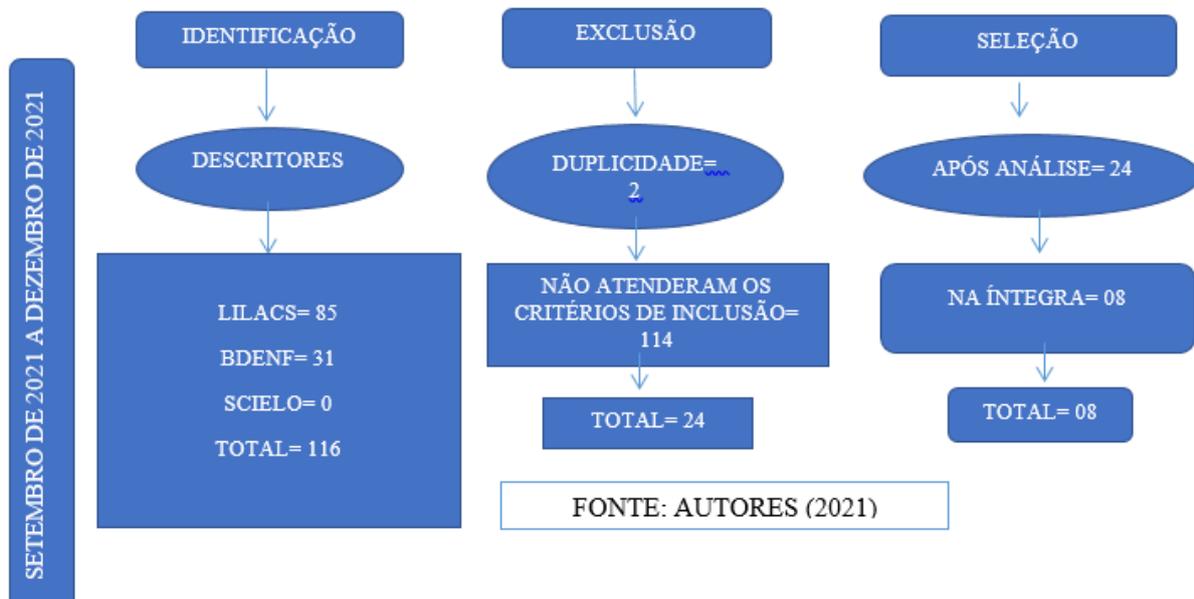
Dessa forma, foi possível utilizar ferramentas disponíveis em cada banco de dados para selecionar as publicações de interesse a partir dos filtros de idioma, disponibilidade, tipo de estudo e tempo.

A planificação da pesquisa inclui o levantamento de dados secundários e a revisão de literatura, de modo que se verificou a adequação dos artigos que foram selecionados e sua relevância para o projeto. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos são: artigos gratuitos disponíveis online e publicados nos últimos cinco anos, artigos publicados em português e inglês que retratem a essência da temática proposta. No que refere aos critérios de exclusão, tem-se: artigos anteriores a 2017, aqueles que não contemplam na íntegra a temática referente à revisão integrativa e não evidenciavam sua metodologia.

Nessa temática, foi confeccionado o estudo dos artigos selecionados, de modo que torne possível a realização de uma síntese dos dados obtidos através dos artigos, expondo-os de forma organizada e descritiva. Ademais, os resultados serão apresentados na forma qualitativa, permitindo analisar crítica e sistematicamente, possibilitando a observação, contagem, descrição e classificação dos dados, com a finalidade de reunir o conhecimento produzido sobre o tema desta revisão bibliográfica. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Por intermédio dos DeCS, foram identificados 116 artigos científicos dos quais dois foram excluídos por duplicidade, destes após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram-se apenas 114 os quais atendiam aos critérios pré-estabelecidos deste estudo em questão. Atendendo minuciosamente a leitura do material foram excluídos mais 90 artigos por não demonstrarem relevância mediante presente estudo, restando assim, 24 artigos para compor e sintetizarem a pesquisa. Portanto a presente revisão é composta por 08 artigos científicos. Na figura 1, foi está disposto o fluxograma da pesquisa onde apresenta a ordem respectivamente utilizada.

Figura 1. Fluxograma metodológico da pesquisa.



Logo adiante, foi realizada a disposição dos dados obtidos, que através dos quadros apresentará os resultados de forma concisa e completa. Finalizando, será realizada a discussão e apresentada a síntese de revisão. Importante dizer que essa pesquisa não envolve seres humanos, sendo assim, não foi sujeita á aprovação do comitê de ética e pesquisa (CEP). Toda via, os artigos selecionados estão devidamente referenciados, reputando a originalidade e direitos dos autores.

### 3 RESULTADOS

Após análise de leituras exploratória e a aplicabilidade dos critérios pré-determinados de inclusão, está pesquisa constituem-se em 08 artigos científicos tais quais acolheram e contemplaram a temática em questão, assim como, os critérios previamente estabelecidos. No quadro 1, anexado abaixo, são expostos os artigos alcançados em concordância com a proposta do estudo. Os conhecimentos indexados a seguir foram selecionados e organizados de acordo com: título, autores, ano de publicação, periódicos, delineamento metodológico e síntese dos resultados.

Quadro 1 – Ordenamento dos artigos que contemplam o estudo, diante os Títulos, Autores, Ano de Publicação, Periódicos, Tipo de Estudo e Resultados.

Nº	TÍTULO / AUTOR (S) /ANO	PERIÓDICO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
1	A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+ / SHIHADDEH <i>et al</i> / 2021.	Barbarói Revista do Departamento de Ciências Humanas.	Pesquisa qualitativa via amostra intencional por meio de entrevista.	Alguns profissionais de saúde tendem a não ter uma visão holística, acolhimento e escuta sensível, permitindo passar desatentas situações de constrangimento e violência institucional que podem afastar essas pessoas de um possível tratamento inicial de patologias que possam vim a serem acometidos, enfraquecendo assim, a atenção básica, destacando ao que se refere à integralidade e a equidade à saúde.
2	Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros / SANTANA <i>et al</i> / 2020.	Revista de Enfermagem UFPE On Line.	Estudo bibliográfico descritivo.	Torna claro que as vulnerabilidades experienciadas pela população LGBTQIA+ estão ligadas ao preconceito, à omissão de direitos, ao estigma social, à invisibilidade e à tribulação de acesso aos serviços de saúde. Destacam-se postura inadequada, antiética e despreparo dos profissionais de saúde no atendimento às necessidades dos mesmos.
3	Atenção á saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na estratégia saúde da família / BELEM <i>et al</i> / 2019.	Revista Baiana de Enfermagem.	Estudo qualitativo por meio de entrevista.	A acessibilidade e o acolhimento adequado aos cuidados primários de saúde ainda é um problema em muitos países, majoritariamente sobre as populações vulneráveis que lidam com desigualdades, injustiça e violação de direitos. Realidade vivenciada pela população LGBTQIA+ em decorrência do distanciamento da identidade de gênero ao sexo biológico ou à orientação sexual que desvia dos padrões de heteronormatividade.
4	Política nacional de saúde integral LGBT: O que ocorre na prática sob o prisma de usuários (as) e profissionais de saúde / NOGUEIRA <i>et al</i> / 2019.	Saúde e Pesquisa.	Pesquisa qualitativa.	As usuárias relatam terem sofrido preconceitos por parte dos profissionais nos locais de atendimento á saúde no qual buscaram assistência. Existe uma divergência de proximidade entre os profissionais e as usuárias LGBT, dando pouca importância às necessidades de saúde desse grupo.
5	Não tem essas pessoas especiais na minha área: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde / FERREIRA <i>et al</i> / 2019.	Revista Eletrônica de Comunicação & Inovação em Saúde.	Abordagem de pesquisa qualitativa.	Essa população assiduamente lida com barreiras ao acesso às oportunidades, seja de empregos, discriminação no ambiente familiar, do trabalho, da educação em destaque na saúde que, aliados a outras questões como: gênero, raça e/ou cor, classe social resultam em pautas com maior problemática.
6	Saúde da população LGBT+ no contexto da atenção primária em saúde: relato de oficina realizada no	Revista Brasileira De Medicina de	Relato de oficina.	A abjunção das unidades de assistência à saúde é refletida por inúmeros obstáculos tais como:

	internato integrado de Medicina de Família e Comunidade/Saúde Mental em uma universidade pública / LORIA <i>et al</i> / 2019.	Família e Comunidade.		discriminação, constrangimento, preconceito, estigma e falta de um aperfeiçoamento profissional equiparado para o atendimento a essas pessoas. A própria heteronormatividade institucional, a heterossexualidade como regra, tem efeitos degradantes diante o acolhimento e o processo de cuidado da população LGBTQIA+.
7	Diversidade de gênero e acesso ao sistema único de saúde / FERREIRA <i>et al</i> / 2018.	Revista Brasileira em Promoção da Saúde.	Pesquisa exploratória com abordagem qualitativa.	A inserção da população LGBTQIA+ ao SUS esbarra em dificuldades de instrumentalizar um atendimento acolhedor, sendo que essa população não percorre um padrão heteronormativo, e as características que os tornam “diferentes” pode findar por ser usado contra eles nos serviços de saúde, nessa ótica podem ter o seu direito à saúde violada, romantizando um não lugar dentro da amplitude do SUS e expondo fragilidades na efetivação do atendimento.
8	Acesso de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família / OLIVEIRA <i>et al</i> / 2018.	Revista Rene.	Pesquisa qualitativa.	O acesso dessa população aos serviços de saúde é repleto de obstáculos, evidências identificam dificuldades no dinamismo de comunicação, escuta seletiva, rejeição, reações discriminatórias, ofensas verbais e barreiras simbólicas.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os artigos do presente estudo foram partilhados no quadro por ordem do ano de publicação decrescente, onde prevaleceu a maior quantidade de artigos no ano de 2019 (4 artigos), refere-se a 60%, seguido pelo ano de 2018 (2 artigos), refere-se a 20%, depois pelo ano de 2020 (1 artigo), refere-se a 10% e finalizando com o ano de 2021 também com (1 artigo), refere-se a 10%.

Sobre os periódicos de publicação referentes à população LGBTQIA+ e seu acesso a atenção básica do sistema único de saúde, dispõe as seguintes revistas: Revista Rene (1), Barbarói Revista do Departamento de Ciências Humanas (1), Revista Baiana de Enfermagem (1), Revista Brasileira em Promoção da Saúde (1), Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde (1) e Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, o que evidenciou uma diversificação de bases de dados sobre a temática. No que se refere ao país de origem dos periódicos, os artigos listados são, em sua totalidade, publicações nacionais com enfoque na saúde.

No tocante ao tipo de estudo: 7 (90%) são exploratórios de caráter descritivo (qualitativo e/ou abordagem qualitativa) e 1 (10 %) relato de oficina. Os resultados aparecem favoráveis a responder os objetivos propostos.

#### 4 DISCUSSÃO

A seguir apresentaremos os resultados no tocante a responder os objetivos da pesquisa a partir de dois eixos temáticos.

Consequente da análise dos textos manifestaram 02 eixos temáticos: “O Acesso da População LGBTQIA+ nos Serviços de Saúde” e “O Atendimento dos Profissionais de Saúde ao Público LGBTQIA+”. O quadro 2 mostra os eixos baseados nas áreas temáticas que encaminham a discussão a seguir.

Quadro 2 – Divisão dos eixos por número, tema e artigo.

N°	TEMA	ARTIGO
I	O Acesso da População LGBTQIA+ nos Serviços de Saúde.	A1; A3; A4; A5; A6
II	O Atendimento dos Profissionais de Saúde ao Público LGBTQIA+.	A1; A2; A4; A6; A7; A8

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

##### 4.1 TEMA 1 - O ACESSO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

No tocante ao eixo temático “O Acesso da População LGBTQIA+ nos Serviços de Saúde”, autores a exemplo de FERREIRA *et al.*, (2019) afirma que, não teve nas histórias oficiais da humanidade um protagonismo dessa população, onde eram vistos como segundo plano, como aqueles que desviavam e distorciam a memória dos povos na visão heterossexualmente orientada. Destarte, é confirmado que os elementos presentes no contexto social, cultural, econômico e político do Brasil permearam sequencias de invisibilidade e vulnerabilidade nos diferentes contextos que envolvem a população LGBTQIA+. É notório que essa população assiduamente lida com barreiras ao acesso às oportunidades, seja de empregos, discriminação no ambiente familiar, do trabalho, da educação e em destaque na saúde que, aliados a outras questões como gênero, raça e/ou cor, classe social resultam em pautas com maior problemática.

Para LORIA *et al.*, (2019) a fragilidade da população LGBTQIA+ e seu acesso inseguro aos serviços de saúde são desafios dispostos, mesmo com as conquistas no que tange as políticas públicas para essa população. A abjunção das unidades de assistência à saúde é refletida por inúmeros obstáculos tais como discriminação, constrangimento, preconceito, estigma e falta de um treinamento profissional equiparado para o atendimento a essas pessoas. A própria

heteronormatividade institucional, a heterossexualidade como regra, tem efeitos degradantes diante o acolhimento e o processo de cuidado da população LGBTQIA+.

BELEM *et al.*, (2019) apontou que a Estratégia de Saúde da Família (ESF) é um elo de alicerce do SUS, a qual é utilizada como fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto de primeiro nível de atenção, porta de entrada priorizando os cuidados no SUS, com o objetivo de englobar a integralidade de atenção aos indivíduos, famílias e sociedade. Todavia, a acessibilidade e o acesso adequado aos cuidados primários de saúde ainda são um problema em muitos países, majoritariamente sobre as populações vulneráveis que lidam com desigualdades, injustiça e violação de direitos. Realidade essa vivenciada pela população LGBTQIA+ em decorrência do distanciamento da identidade de gênero ao sexo biológico ou à orientação sexual que desvia dos padrões de heteronormatividade.

OLIVEIRA *et al.*, (2018) evidencia que embora sejam perceptíveis grandes avanços no cenário de conquistas como as Políticas Públicas voltadas para essa população no contexto em nível de Brasil, constata-se ainda que o acesso da população LGBTQIA+ aos serviços de saúde é repleto de obstáculos. Evidências identificaram dificuldades no dinamismo de comunicação, escuta seletiva, rejeição, reações discriminatórias, ofensas verbais e barreiras simbólicas. Contudo, destaca-se que constituintes culturais provenientes do padrão heterossexual contribui de modo subjetivo o atendimento dos profissionais da saúde a essa população. Todavia, as transformações na operacionalização da rede de atenção à saúde no panorama de ofertar um cuidado mais qualificado também dependem das mudanças no modo de pensar e de agir desses profissionais.

A inserção da população LGBTQIA+ ao SUS passa em dificuldades de instrumentalizar esse acesso, observando que essa população não percorre um padrão heteronormativo, e as características que os tornam “diferentes” pode fíndar por ser usado contra eles nos serviços de saúde. Assim, o Estado termina por incorporar a população LGBTQIA+, diante de um sentido dos serviços que são ofertados, enquanto pessoas perversas e indesejáveis, nessa ótica podem ter o seu direito à saúde violada, romantizando um não lugar dentro da amplitude do SUS e expondo fragilidades na efetivação dos atendimentos FERREIRA *et al.*, 2018.

#### 4.2 TEMA 2 - O ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE AO PÚBLICO LGBTQIA+

No tocante ao eixo temático “O Atendimento dos Profissionais de Saúde ao Público LGBTQIA+” SHIHADDEH *et al.*, (2021) ressalta que alguns profissionais de saúde tendem a não ter uma visão holística, acolhimento e escuta sensível, permitindo passar desatentas

situações de constrangimento e violência institucional, que afasta esse público de um possível tratamento inicial, enfraquecendo assim, a atenção básica, principalmente fugindo os princípios do SUS: Integralidade, Equidade e a Universalidade.

SANTANA *et al.*, (2020) aponta que as vulnerabilidades experienciadas pela população LGBTQIA+ perpassa por diversos entraves que vão, desde o preconceito à omissão de direitos dessa população, destacando a postura inadequada por parte dos profissionais e a falta de preparo para atender as necessidades de acordo com a demanda dos mesmos, o que reforça a ausência destes na prevenção, promoção e recuperação da saúde.

A distância da população LGBTQIA+ dos serviços ofertados na atenção primária à saúde deverá ter um olhar mais atento, tanto das autoridades para que se façam valer os direitos dessa minoria, como também dos profissionais de saúde que ofertam esse primeiro contato de quem procura atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Pesquisa a exemplo de NOGUEIRA *et al.*, (2019) evidenciam que a população TRANS sofre preconceitos ao buscar atendimento nas unidades prestadoras de serviço à saúde, mostrando uma fragilidade da relação profissional/usuário e até mesmo no repasse de algumas informações importantes, enfraquecendo as oportunidades para a promoção da saúde, existindo assim, uma divergência de proximidade entre os profissionais de saúde e a população LGBT dando pouca visibilidade às necessidades de saúde desse grupo que se afasta cada vez mais dos serviços da atenção primária a saúde, sobrecarregando mais tarde os serviços especializados nos outros níveis de atenção à saúde.

É necessário um fortalecimento na atenção primária à saúde onde englobe ações, estratégias de acolhimento para a população LGBTQIA+, contemplando a garantia de atendimento humanizado, sem discriminação e satisfação para que se rompa essa barreira e não adesão dos LGBTQIA+ a porta de entrada dos serviços de saúde ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

## 5 CONCLUSÃO

A busca pelos serviços de saúde pela população LGBTQIA+ é limitada, de certeza persuadida pela circunstância discriminatória e excludente com que é organizada a assistência à saúde, essa lógica de pensar nos sujeitos como heterossexual presumidamente interfere na qualidade dos serviços ofertados, deixando de atender as reais necessidades da população LGBTQIA+, além do que as práticas de saúde desenvolvidas baseiam-se em princípios pessoais e conceitos pré-estabelecidos, que em algumas situações refuta os sujeitos vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE MRT, Botelho NM, Rodrigues CCR. Atenção integral à saúde da população LGBT: Experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica. *Rev Bras Med Fam Comunidade*. Rio de Janeiro, 2019 Jan-Dez; 14(41):1758.
2. Brasil. Portaria N° 2.836/GM, de 01 de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. *DOU*. 2011; 1 dez.
3. BRANCO, Socorro Castelo. *POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA (PNAB): PRINCÍPIOS E DIRETRIZES*. Una-Sus Universidade Aberta do Sus, [s. l], p. 01-08, 2018. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/13429/1/POL%C3%8DTICA%20NACIONAL%20DE%20ATEN%C3%87%C3%83O%20B%C3%81SICA%20%28PNAB%29%20PRINC%C3%8DPIOS%20E%20DIRETRIZES.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.
4. BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.
5. BELEM, Jameson Moreira et al . ATENÇÃO À SAÚDE DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA. *Rev. baiana enfermagem.*, Salvador , v. 32, e26475, 2018 . Disponível em <[http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-86502018000100357&lng=pt&nrm=iso](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502018000100357&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 09 mar. 2022. Epub 08-Abr-2019. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v32.26475>.
6. De Carvalho Pereira, LB. et al, ACS.O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1795, 2019.
7. DE SOUSA, Luís Manuel Mota et al. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. *Revista investigação em enfermagem*, v. 21, n. 2, p. 17-26, 2017.
8. De Jesus Prado, EA,et al. Políticas Públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, v. 11, n. 1, p. 69-80, 2017. 5. Houghton, N. et al, A. Socioeconomic inequalities in access barriers to seeking health services in four Latin American countries. *Rev Panam Salud Publica*. 2020 Mar 4;44:e11.
9. FERREIRA, Breno de Oliveira; PEREIRA, Edson Oliveira; ROCHA, Matheus Barbosa da; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; ALBUQUERQUE, Ana Rayonara de Sousa; ALMEIRA, Maysa Milena e Silva; PEDROSA, José Ivo dos Santos. “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações lgbt na perspectiva de agentes comunitários de saúde. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 496-508, 13 set. 2019. Instituto de Comunicacao e Informacao Cientifica e Tecnologica em Saude. <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1703>.

10. FERREIRA, Breno de Oliveira; PEDROSA, José Ivo dos Santos; NASCIMENTO, Elaine Ferreir v a do. Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 1-10, 28 fev. 2018. Fundacao Edson Queiroz. <http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2018.6726>.
11. GOMES Marcell. A violência para com as pessoas LGBT: uma revisão narrativa da literatura. Rev. Brazilian Journal of Health Review. DOI:10.34119/bjhrv4n3-327. 2021.
12. GUIMARÃES, Nilo Plantiko; SOTERO, Rafaela Lirio; COLA, João Paulo; ANTONIO, Suzana; GALAVOTE, Heletícia Scabelo. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 1-14, 26 jun. 2020. Instituto de Comunicacao e Informacao Cientifica e Tecnologica em Saude. <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v14i2.1712>.
13. LORIA GB, Canesin GMF, Silva GM, Amorim GHO, Melo JM, Santos LR, et al. Saúde da população LGBT+ no contexto da atenção primária em saúde: relato de oficina realizada no internato integrado de Medicina de Família e Comunidade/Saúde Mental em uma universidade pública. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2019;14(41):1807. [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1807](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1807).
14. NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa; ARAGÃO, Thalia Ariadne Peña. POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT: o que ocorre na prática sob o prisma de usuários (as) e profissionais de saúde. Saúde e Pesquisa, [S.L.], v. 12, n. 3, p. 463, 21 out. 2019. Centro Universitario de Maringa. <http://dx.doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n3p463-470>
15. Rocon, PC, et al. Acesso à saúde pela população trans no brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. Trabalho, Educação e Saúde, 18(1), e0023469. 2019.
16. SANTOS, Juliana Spinula, Silva RN, FERREIRA MA. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. Esc. Anna Nery 23 (4) • 2019 • <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0162>.
17. SANTANA ADS, Lima MS de, Moura JWS, Vanderley ICS, Araújo EC de. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Revista enfermagem UFPE on line. 2020;13:e243211 DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243211>.
18. SILVA, Alana Alves da Cruz; SILVA FILHO, Edvaldo Belo da; LOBO, Thamilly Bastos;
19. SOUSA, Anderson Reis de; ALMEIDA, Márlon Vinícius Gama; ALMEIDA, Lílian Conceição Guimarães de; PORCINO, Carle; MORAIS, Valterney; PASSOS, Núbia Cristina Rocha. Produção do cuidado de enfermagem à população LGBTQIA+ na atenção primária. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, [S.L.], p. 291-303, 10 out. 2021. Revista de Divulgacao Cientifica Sena Aires. <http://dx.doi.org/10.36239/revisa.v10.n2.p291a303>.
20. SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

21. SHIHADDEH, Nizar Amin; PESSOA, Elisângela Maia; SILVA, Fabiane Ferreira da. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade lgbtqi+. *Barbarói*, [S.L.], n. 58, p. 172-194, 26 jan. 2021. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i58.14765>.
22. SANTANA ADS, Lima MS de, Moura JWS, Vanderley ICS, Araújo EC de. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Revista enfermagem UFPE on line*. 2020;13:e243211 DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243211>.
23. OLIVEIRA, Ester Mascarenhas; OLIVEIRA, Jeane Freitas; SUTO, Cleuma Sueli Santos; PORCINO, Carle; ALMEIDA, Sara Peixoto; OLIVEIRA, Daiane Santos. ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE SAÚDE COMO “NÃO LUGAR” DE TRAVESTIS NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ENFERMEIRAS. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S.L.], v. 34, p. 1-19, 5 out. 2020. *Revista Baiana de Enfermagem*. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v34.35603>.
24. OLIVEIRA, Julia Resende. Et al.. Desafios da comunidade LGBTQIA+: do acesso à Informação ao Acolhimento nas Unidades de Saúde, numa perspectiva da deficiência na formação acadêmica. *Rev. Brazilian Journal of Health Review*. DOI:10.34119/bjhrv5n2-258.
25. OLIVEIRA, Geane Silva; NOGUEIRA, Jordana de Almeida; COSTA, Gilka Paiva Oliveira; MEDEIROS, Renata Livia Silva Fonsêca Moreira de; OLIVEIRA, Teógenes de; ALMEIDA, Sandra Aparecida de. Serviços de saúde para lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais. *Revista de Enfermagem Ufpe On Line*, [S.L.], v. 12, n. 10, p. 2598, 7 out. 2018. *Revista de Enfermagem, UFPE Online*. <http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963-v12i10a237014p2598-2609-2018>.